

Defensoria do Estado realiza atendimentos na comunidade quilombola São Julião II, zona rural de Teófilo Otoni

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Teófilo Otoni realizou, no último dia 2 de setembro, atendimentos na comunidade quilombola São Julião II, zona rural de Teófilo Otoni. O atendimento foi realizado pelo defensor público João Mateus Silva Fagundes Oliveira, auxiliado pelo servidor da DPMG, Péricles Ganem Rodrigues. Foram oferecidos atendimentos relacionados ao direito à saúde

e à área cível, bem como promovida a divulgação do 10º Mutirão Direito a Ter Pai. (*Veja como acessar informações sobre o Mutirão mais abaixo.*)

A iniciativa integrou o projeto “Prefeitura na Comunidade”, promovido pela Prefeitura de Teófilo Otoni. Foram oferecidos, ainda, serviços de assistência social, saúde, agropecuária, meio ambiente, cultura e educação na comunidade.



Defensoria de Minas garante no STJ liberdade a assistida e assistido mantidos presos por estarem em situação de rua

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu recurso da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e concedeu *habeas corpus* a dois estrangeiros andarilhos que estavam presos preventivamente exclusivamente por se encontrarem em situação de rua. A assistida I.Y.C.G. e o assistido J.F.R.L. – primários e com bons antecedentes – foram indiciados por crime de furto qualificado. O Juízo de primeira instância

decretou medidas cautelares alternativas à prisão, sendo uma delas o recolhimento noturno. Na decisão, argumentou que o “delito pelo qual foram presos em flagrante não foi praticado com emprego de violência ou grave ameaça a pessoa, sendo certo que se tratam os autuados de pessoas com condição social vulnerabilizada, porquanto sem endereço certo”.

[Leia na íntegra](#)

DPMG ingressa com mandado de segurança para obter a localização das câmeras de vigilância do Programa Uberaba Segura

PÁGINA 2

Instituições públicas informam encerramento da renegociação com as empresas responsáveis pelo rompimento da Barragem de Fundão

PÁGINA 3

Defensoria de Minas discute ações de inclusão de pessoas com deficiência

PÁGINA 5

NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque _____ PÁG. 2 e 3
- > Mundo oficial _____ PÁGINA 4
- > Deu na mídia _____ PÁGINA 2
- > Escola Superior _____ PÁGINA 6
- > Institucional _____ PÁG. 4 e 5
- > Procedimentos e comunicados internos _____ PÁG. 7 e 8

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas Gerais atua em favor de famílias da Ocupação Pingo D'Água em Betim

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), está atuando em favor da ocupação Pingo D'Água, em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na tentativa de resolver o impasse sobre a reintegração de posse dos terrenos, de propriedade da MRV Engenharia, por intermédio do ajuizamento de uma Ação Civil Pública.

A ocupação Pingo D'Água começou a ser formada em 2009 e conta hoje com mais de 100 famílias. Desde então, os ocupantes do terreno, há mais de 10 anos, vêm investindo recursos para a construção de casas e melhorias no local. O direito à posse foi garantido pela Justiça à MRV em ação ajuizada em 2015 e confirmado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), aguardando apenas a execução, suspensa até o próximo dia 31

de outubro por decisão do Supremo Tribunal de Justiça na Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 828.

Em agosto, a DDPH havia ajuizado Ação Civil Pública pedindo, entre outros, a não remoção das famílias sem que houvesse a decisão sobre o direito delas à regularização fundiária. A liminar foi indeferida, mas ainda cabe recurso. No final de agosto, a Câmara Municipal de Betim derrubou o veto do prefeito Vitorio Mediolli ao Projeto de Lei 7.912/2022, que declara a área de interesse social para fins de desapropriação.

De acordo com a defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, a medida abre caminho para a negociação com a MRV e a permanência dos moradores no local. Cleide Nepomuceno insiste que em casos assim o despejo deve ser convertido em perdas e danos.

DPMG ingressa com mandado de segurança para obter a localização das câmeras de vigilância do Programa Uberaba Segura

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Uberaba ingressou com mandado de segurança face à Secretaria de Defesa do município para obter a localização de todas as câmeras de vigilância do sistema "Uberaba Segura". A medida foi adotada tendo em vista a negativa do Executivo Municipal em atender à requisição da Instituição.

Em março de 2022, a DPMG havia instaurado o Procedimento Administrativo de Tutela Coletiva e Individual, buscando obter a localização das câmeras, oficiando o Conselho Municipal de Segurança Pública (Comseg) e a Procuradoria-Geral do Município. No documento, o defensor público Antonio Carlos Moni de Oliveira, em atuação na 1ª Defensoria Pública de Cooperação e Conflito em Uberaba, argumentou que o conhecimento

prévio da localização das câmeras, em um só tempo, possibilita o exercício de uma defesa criminal efetiva e o desperdício de tempo decorrente de requisições infundadas.

O defensor público ressalta que a Defensoria Pública possui poder de requisitar documentos e informações, e a obtenção da localização das câmeras seria mais um instrumento a servir para a defesa da cidadã e do cidadão assistido. "Não é crível a negativa do fornecimento da informação, que poderia contribuir, ainda que indiretamente, com o próprio funcionamento do Estado. Não existe discussão quanto ao poder-dever de requisição da Defensoria, sendo totalmente arbitrário o não fornecimento", completou Antonio Moni.



DEU NA MÍDIA

Defensoria Pública pede acesso à localização de câmeras do 'Uberaba Segura'

[G1](#)

Defensora pública fala sobre a importância da medida protetiva na defesa da mulher

[TV Record](#)

Defensoria Pública debate a legalidade do aborto no Brasil

[TV Justiça](#)

MUTIRÃO DIREITO A TER PAI

Campanha em Minas vai até o dia 30 de setembro

[Jornal Minas 2ª edição](#)

Mutirão Direito a Ter Pai vai oferecer cem testes de DNA em Betim

[O Tempo/Betim](#)

[Veja outros destaques em DEU NA MÍDIA](#)

CASO SAMARCO

Instituições públicas informam encerramento da renegociação com as empresas responsáveis pelo rompimento da Barragem de Fundão

Por meio de um comunicado conjunto, as instituições públicas que estavam participando da mediação conduzida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para reparação do Rio Doce e das populações atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, informam o encerramento das tratativas da renegociação com as empresas responsáveis – Samarco Mineração, Vale. S.A. e BHP Billiton Brasil.

O encerramento das tratativas foi comunicado ao CNJ por meio de ofício conjunto, o qual afirma que a proposta final formulada pelas empresas está em “absoluta dissonância com a premência e a contemporaneidade da impres-

cindível e efetiva reparação e compensação devidas às pessoas atingidas e à sociedade”.

Assinam os documentos: Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e Defensoria Pública da União.

[Leia aqui o ofício conjunto ao CNJ](#)

[Leia o comunicado conjunto à imprensa](#)

Defensorias Públicas da União e de Minas propõem à GOL Linhas Aéreas o cumprimento de procedimentos a migrantes e refugiados que circulam no Brasil

Numa recomendação conjunta, a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) orientaram a empresa Gol Linhas Aéreas Inteligentes sobre a necessidade de cumprimento dos termos de garantia do direito à identificação de pessoas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas, a despeito de sua regularidade migratória, para fins de embarque em voos domésticos.

O documento foi ratificado pelas respectivas Defensorias Públicas diante de uma ocorrência envolvendo uma passageira durante uma tentativa de embarque no Aeroporto Internacional de Confins em agosto deste ano. No registro, um casal – de nacionalidade venezuelana e etnia indígena e solicitante de refúgio – foi impedido de embarcar para a cidade de Porto Seguro, na Bahia, sob a ale-

gação dos agentes aeroportuários de que a cédula de identidade da passageira estaria vencida.

Embora apresentasse para realização do embarque nacional documentos de identificação com foto (Carteira de Identidade de Estrangeiro, emitida no Brasil e Carteira de Identidade emitida na Venezuela), alegado ser pessoa indígena, solicitante de refúgio – originária do país de origem internacionalmente reconhecido pela grave crise humanitária – e ter, ainda, argumentado que seu embarque estaria amparado pela Portaria nº 28/2022 da Polícia Federal, o embarque não foi autorizado pelos agentes da referida companhia aérea. Situação que, além de constrangimento, gerou enorme prejuízo emocional e financeiro ao casal, diante das exigências adotadas.

[Leia na íntegra](#)

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS promove

10º MUTIRÃO

DIREITO A TER PAI 2022

- RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO DE PATERNIDADE E MATERNIDADE
- EXAMES DE DNA

SAIBA MAIS

Imagem: <https://br.freepik.com/>

INSTITUCIONAL

Defensora-geral recebe presidente e corregedor do TJMMG

A defensora pública-geral, Raquel da Costa Dias, se reuniu com o presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, desembargador cel. Rúbio Paulino Coelho, e com o corregedor do órgão, desembargador cel. Sócrates Edgard dos Anjos. O encontro aconteceu na terça-feira (6/9), na sede da Defensoria Pública de Minas Gerais. Estiveram presentes a chefe de Gabinete da DPMG, defensora pública Caroline Goulart; o coordenador regional da área Criminal da Capital, defensor público Ricardo de Araújo Teixeira; e o assessor militar da DPMG, cel. William de Oliveira Machado.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensora pública discute rede de enfrentamento à violência e defesa das mulheres em reunião da Coordenadoria da Mulher do TJMG

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), participou na quinta-feira (8/9) de reunião realizada pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência

Doméstica e Familiar (Comsiv), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

O encontro aconteceu com o objetivo de ouvir propostas, debater temas e compreender o atual funcionamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como auxiliar na elaboração de propostas para políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de violência.

Durante sua fala, a defensora pública destacou a importância da participação da Comsiv na rede de enfrentamento à violência para a implementação dos direitos das mulheres e o cumprimento da Lei Maria da Penha.

FOTOS: RIVA MOREIRA/TJMG



Samantha Vilarinho entrega de um documento com propostas e sugestões a respeito do tema à desembargadora Evangelina Castilho Duarte, superintendente da Comsiv



Também estiveram presentes Izabela de Faria Miranda, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e da entidade Indômitas Coletiva Feminista; Marina Silveira Marques, da Rede Metropolitana de Belo Horizonte de Enfrentamento à Violência contra as Meninas e Mulheres e coordenadora de Políticas para as Mulheres de Nova Lima; Cristiane Lara, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itaúna; Elia Brito da Cruz, do Centro Especializado de Atendimento à Mulher – Benvinda; Isabel Araújo Rodrigues, coordenadora de Políticas de Prevenção à Violência Doméstica da Comissão Estadual da Mulher Advogada, da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Minas Gerais (OAB-MG); Edneia Aparecida de Souza, líder comunitária no Taquaril e integrante do coletivo Vidas com Arte, Geração de Renda e Enfrentamento à Violência Doméstica; Maria Izabel Ramos, da União Brasileira de Mulheres (UBM-MG); e Juliana Lage, do Instituto Wilson Chagas.

MUNDO OFICIAL

Defensora pública-geral participa de desfile de 7 de Setembro, em Belo Horizonte

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, representou a Instituição na cerimônia do Desfile de 7 de Setembro, em Belo Horizonte, na quarta-feira, marcando o bicentenário da Independência do Brasil. Ela compôs o dispositivo de honra ao lado de autoridades dos Poderes Executivo estadual e municipal, do Legislativo e Judiciário, além de representantes das Forças Armadas e das Polícias Militar e Civil, entre outras. Também estiveram presentes, pela Defensoria Pública de Minas Gerais, o corregedor-geral, defensor público Galeno Siqueira, e a chefe de Gabinete, defensora pública Caroline Goulart Teixeira.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



O tradicional evento foi retomado, na Avenida Afonso Pena, após dois anos sem ser realizado, em decorrência da pandemia de Covid-19

INSTITUCIONAL

Defensoria Pública e Minas Tênis Clube discutem fomentação de parcerias para inclusão de pessoa com deficiência

No dia 5 de setembro, o defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro reuniu-se com representantes do Minas Tênis Clube, no intuito de estabelecer parcerias futuras acerca da inclusão da pessoa com deficiência. Luis Renato é gestor do Projeto Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), e coordenador-geral da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas do Estado.

Além do defensor público, participaram da reunião, representando o Minas Tênis Clube, o superintendente executivo e CEO, Yuri Costa Dolabella;

FOTO: RODRIGO SIQUEIRA/DPMG



o gerente de Divisão de Educação, Luciano Resende; e a psicóloga especialista educacional, Vanessa Guilherme Souza.

Defensor público visita Mineirão durante partida do Brasileirão e discute com estádio ações de inclusão e acessibilidade

Como parte das ações relativas ao Setembro Verde (Mês da Inclusão da Pessoa com Deficiência), o defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro visitou na quarta-feira (7/9) o Mineirão durante a partida Atlético x Bragantino, pelo Campeonato Brasileiro. O objetivo foi conhecer as medidas de acessibilidade adotadas pela Minas Arena, administradora do estádio.

O defensor público foi recebido pelo gerente jurídico da Minas Arena, Alfredo Neves, pelo gerente técnico Otávio Goes, e pelo consultor David

César, oportunidade em que lhe foram informados todos os protocolos operacionais de acessibilidade à pessoa com deficiência e apresentada todas as áreas do Mineirão, tanto de acesso ao público quanto de acesso restrito à prestação de serviços. Em reunião com a equipe técnica do estádio Mineirão, foram acordadas futuras parcerias com a Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência e o projeto Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção para ações de conscientização e estímulo à inclusão da pessoa com deficiência.



Na foto ao lado, o defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro (terceiro da esquerda para a direita) e a equipe técnica do Mineirão: DPMG e Minas Arena vão discutir ações conjuntas para inclusão e acessibilidade. A primeira foto mostra cadeirante em área sinalizada e sem visibilidade do campo com o público em pé

INSCRIÇÕES

Inscrições para Casamento Comunitário em Vespasiano

A Defensoria Pública de Minas Gerais está com as inscrições abertas para o Casamento Comunitário que a Instituição promoverá em Vespasiano, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Casais residentes no município e que sonham se casar, mas não têm condições de arcar com as taxas dos cartórios, podem procurar a unidade da Defensoria e se inscrever até o dia 16 de setembro. Serão

oferecidas vagas para 50 casais. A cerimônia será realizada no dia 22 de outubro, em local a definir. A DPMG em Vespasiano, localizada na rua Nazinha Conrado Silva, nº517 – Centro, receberá as inscrições do casamento que não sejam conversão em união estável, encaminhando os casais ao Cartório de Registro Civil para a habilitação.

[Saiba mais](#)

ESCOLA SUPERIOR

Módulo VI do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia terá início em 14/9

Defensoria Pública de Minas e ESEDEP promovem Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia – VI Módulo, com o tema:

Como conduzir práticas extrajudiciais e ações judiciais a partir de uma perspectiva antidiscriminatória que garanta a efetivação de direitos das meninas e mulheres atendidas pela Defensoria Pública?

📅 14 de setembro 🕒 14h às 16h

MEDIADORA: DANIELA DEDDI
FACILITADORAS: CARLA VOLPIN e CHARA RAMOS

TRANSMISSÃO: Youtube.com/c/defensoriamineira

No dia 14 de setembro terá início o VI Módulo do “Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia”, realizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG). No dia 30/9, ocorrerá o encontro para concluir o Módulo VI do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia, no horário de 9 às 11 horas.

Como participar – Para aqueles que se inscreveram, as aulas ocorrerão na Plataforma Teams. O link de acesso será enviado ao participante por e-mail. Encerrado o curso, será disponibilizado também o certificado em caso de frequência mínima de 75%. Os não inscritos poderão acompanhar o curso por transmissão em tempo real no canal da Defensoria de Minas no YouTube.

[Confira aqui os módulos anteriores](#)

2º encontro do seminário sobre autismo acontece no sábado, dia 17/9

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG), promoverá o segundo encontro do Seminário “Autismo: Educar para Incluir” no dia 17 de setembro, de 9h às 12h, presencialmente no auditório da sede, em Belo Horizonte, e com transmissão ao vivo pelo YouTube. O objetivo do ciclo de palestras é a educação em direitos relativa à inclusão escolar das crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA).

[Saiba mais sobre os encontros](#)

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS E ESEDEP PROMOVEM SEMINÁRIO

AUTISMO
Educar para Incluir

17 set
01 out

ESDEP INFORMA

Chamada de pareceristas para a Revista da Defensoria de São Paulo

A Escola Superior da Defensoria Pública de São Paulo (Edepe) informa sobre a chamada e inscrição de pareceristas para a *Revista da Defensoria Pública do Estado*. Para aqueles(as) que desejam se inscrever é necessário: possuir a titulação mínima de mestre em Direito, Ciências Sociais e Humanas ou áreas semelhantes; ter experiência de pesquisa em áreas re-

lacionadas à atuação da Defensoria Pública; declarar disponibilidade para avaliação de até três artigos por semestre; além de ser cadastrado e cadastrada na plataforma da Revista. As inscrições acontecem por meio do preenchimento de um formulário.

[Para se cadastrar, clique aqui.](#)
[Acesse aqui para se inscrever.](#)

